

Veto facilita nova candidatura

HÉLIO DOYLE

BRASÍLIA — As razões jurídicas apresentadas pelo presidente José Sarney para vetar dispositivos do projeto de lei que regulamenta as eleições presidenciais são fortes e consistentes, reconhecem os juristas, mas os efeitos dos vetos são inevitavelmente políticos. "A primeira leitura é que o governo pode estar pretendendo facilitar uma candidatura nova", interpretou o senador Affonso Camargo, que luta para ser o candidato do PTB a presidente. "As regras estavam estabelecidas", lembrou o deputado Euclides Scalco, secretário-geral do PSDB. "Agora são mais de 30 dias em que tudo pode acontecer", lamentou.

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, nega que os vetos sejam políticos e lembra que a lei não pode violar a Constituição nem ter efeito retroativo. Há mais de uma semana, o ministro tem dito que o quadro da sucessão não está definido e que ainda podem surgir candidatos novos.

No caso, Sarney fez algo como unir o útil ao agradável: por razões bem fundamentadas sob o ponto de vista jurídico, chegou a resultados políticos positivos para seus principais aliados, os chamados moderados do PMDB e os governistas do PFL. O presidente poderia ter deixado o projeto passar sem vetos, obrigando os insatisfeitos a reclamarem na Justiça. Exata-

mente como fez no artigo, considerado inconstitucional, que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais nos dias próximos às votações.

"Essa decisão cai na cabeça do PMDB, pois com a reabertura do prazo de filiação e como qualquer partido pode ter candidato, os moderados podem tomar novo rumo", analisou Scalco. "O presidente reabriu toda a discussão", concluiu. Os moderados do PMDB podem agora, por exemplo, encontrar um candidato e filiá-lo a qualquer partido, mesmo sem representação parlamentar.

O candidato do PFL, Aureliano Chaves, alargou suas opções para a escolha do vice-pre-

sidente: graças ao veto, é possível a qualquer um se filiar ao PFL a tempo de ser candidato, ou a alguma das pequenas legendas que venha a se coligar. A possibilidade de ressurreição da candidatura do empresário Antonio Ermírio de Moraes é sempre levantada, porque, com os vetos, pode se filiar a algum partido e disputar a Presidência ou a Vice.

"Seria um desrespeito ao dr. Antonio Ermírio admitir essa hipótese", descartou o senador Camargo. "Ele é um homem sério", observou. Camargo não acredita que o empresário seja candidato depois de ter divulgado uma carta recusando-se a participar da sucessão presidencial, no momento em que era o nome mais cogitado pelo PTB.

Mas é com alternativas fortes como a de Ermírio que os governistas — e, segundo comentam, o próprio Sarney — contam para mudar o quadro dessas eleições. O presidente está certo de que somente o aparecimento de um candidato forte e que aglutine setores por enquanto dispersos pode impedir a vitória de Fernando Collor no primeiro turno ou a disputa dele com Leonel Brizola no segundo. Dois políticos que estiveram com Sarney esta semana saíram com essa convicção.

Depois dos vetos, só não podem mais ser candidatos os governadores e prefeitos que não se desincompatibilizaram, como manda a Constituição, antes de 15 de maio. Se mudar de partido, o ministro Iris Rezende, derrotado na convenção do PMDB, pode ser candidato. E Ronaldo Caiado não precisa mais se preocupar tanto com a convenção do PDC. Se perder, ele terá muitos pequenos partidos aos quais poderá recorrer.



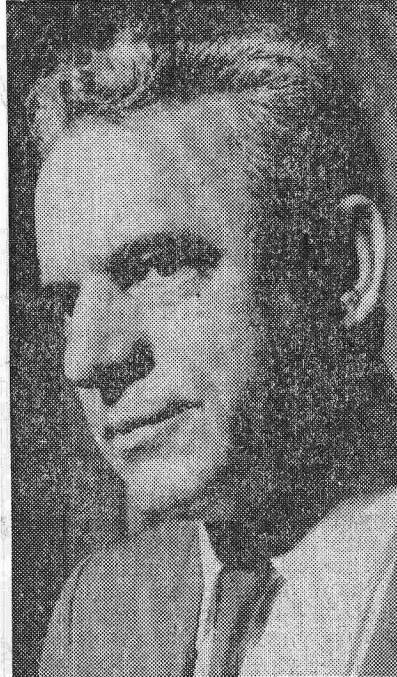
Israel Teixeira/AE-26/07/88

Ermírio: de novo na sucessão



Ricardo Chaves/AE

Correa: 'vetos não são políticos'



Josias Barroso/AE

Iris: se quiser é candidato